PROF

Sindicato dos Professores MADEIRA

Diretor: FRANCISCO OLIVEIRA

XXXVIII | N.º 100
SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
JAN/FEV/MAR 2017 | 0,50€

O professor nómada

A bomba-relógio (o QZPU) foi entregue aos docentes dos quadros de zona e começou, de imediato, a provocar estragos, mesmo antes de rebentar: muitos (os que "caíram" na bolsa de substituições) tiveram de carregar a casa às costas e percorrer a Região em função das substituições temporárias que foram surgindo; outros viram-se bloqueados nas zonas a que pertenciam, sem que lhes tenha sido dada qualquer hipótese de escolha, o que seria evitado com a abertura do concurso interno. Os estragos diretos e colaterais atingiram todos.

Se tão poucos ficaram a ganhar com esta bomba antes de deflagrar, o que leva a SRE a oferecê-la aos docentes, como se fosse a panaceia para os atropelos que têm marcado os concursos e como se o alargamento do QZPU a todos os docentes dos QZP fosse vantajoso?

A resposta é clara, é uma forma camuflada de aumentar a precariedade e o desemprego a troco de poupanças irrelevantes. Não nos deixemos enganar.

ipsis verbis

«O que o conhecimento pode ditar como certo, num contexto, pode resultar errado noutro, só a sabedoria pode arbitrar este conflito.»

Santana Castilho,
8 de março de 2017, «Público»

• • •

«Desde o universo privado à vida pública, muito tem redundado em quebra de rendimentos, instabilidade individual e coletiva, desigualdade, pobreza e exclusão social, em maior grau para as mulheres. Faltam políticas de género e humanidade à globalização da economia, submetida a lógicas financistas e à ganância».

Júlia Caré,
«Diário de Notícias»,
17 de março de 2017

• • •

«Se passarmos toda a nossa vida fechados numa única disciplina, não conseguiremos desenvolver as competências para perceber de onde virá a próxima grande invenção.»

Andreas Schleicher, diretor do departamento de Educação e Competências da OCDE,
«Expresso»,
30-04-2016

• • •

«A escola permanece encerrada na sua torre de marfim no pressuposto falacioso de que é a vida, quando não entende o que é a vida, justamente porque está encerrada, e não percebe que a vida se materializa do lado de fora das suas paredes.»

Helder Melim,
«Diário de Notícias»,
8 de março de 2017

perfil

NOME: José Maria de Oliveira Figueira
SECTOR DE ENSINO: 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
TEMPO DE SERVIÇO: 30 anos e restos
ESCOLA: Básica e Secundária Padre Manuel Álvares (Ribeira Brava)

Deixem o ensino para os professores e as questões técnicas para os técnicos

Conversem com os vossos alunos. Aprendam com eles e orgulhem-se do que fazem

Em que circunstâncias decidiu ser professor?

Não decidi ser professor. O ensino é que decidiu que eu seria professor. Porém, chegado de Lisboa, à procura do primeiro emprego, surgiu esta oportunidade. Hesitei, fui e gostei!

Refira as eventuais dificuldades sentidas na concretização dessa decisão.

Sem dúvida o caráter urgente da mesma. Tive que decidir de um dia para outro se iria ensinar numa escola do Funchal.

Descreva a sua primeira aula enquanto docente.

Um desastre. Com 22 aninhos, lançado para uma turma que, vim a saber mais tarde, ninguém mais queria. Contudo, desenvolvi uma ótima relação com estes alunos.

O seu melhor momento enquanto professor.

O sucesso dos meus alunos.

Voltaria, hoje, a escolher esta profissão?

O coração diz-me que sim, mas a razão pende para o não. Ser professor hoje não é a mesma coisa que há 30 anos. Não me queixo do que faço, nem dos meus alunos. No entanto, dou por mim a fazer tarefas que nada se relacionam com a minha profissão. Pelos alunos sim, voltaria a abraçar esta profissão. Pelo que a escola é atualmente, não.

Que requisitos considera necessários a um docente?

O docente tem que saber, entender, ensinar, ouvir, aprender. Muita humildade. Paciência às toneladas (e não digo que seja para os alunos). Ter meios alternativos de subsistência e disponibilidade para viajar (e não será propriamente por lazer).

As maiores influências para a sua prática profissional (pessoas, organizações ou literatura pedagógica).

Tive um grande Professor de português – Dr. Higino Vieira – que marcou de forma determinante a minha maneira de ser. Colegas que são faróis da minha vida e pelos quais nutro a maior das admirações. Professores na faculdade que me ensinaram quase tudo o que sei.

O seu maior sucesso.

Ter os melhores alunos do mundo.

Identifique, na sua ótica, os maiores problemas no Ensino e o que mudaria na Escola para os resolver.

Mudaria tudo. Começando pelas escolas que são feias, deprimentes, sem atrativo. Se eu fosse aluno hoje, detestaria a escola. Também acho que se tem assistido à desvalorização da escola. Chegou-se mesmo a apresentar a escola e a classe docente como uma espécie de "malandragem" que nada faz e que ganha muito para o que faz. Não me refiro às pessoas em geral pois essas até acho que valorizam a escola. Refiro-me aos decisores, aos políticos que olham para o ensino como um laboratório onde podem fazer as suas experiências, por mais idiotas que elas sejam. Por isso, mudaria tudo, começando pelos decisores.

As condições de trabalho para se poder ensinar e realizar aprendizagens, com qualidade, na escola.

Deixar o ensino para os professores e as questões técnicas para os técnicos.

Deixe, por fim, uma mensagem aos seus pares.

Abracem a profissão. Sejam felizes. Conversem com os vossos alunos. Aprendam com eles e orgulhem-se do que fazem. Todos podem ser médicos, engenheiros, astronautas. Porém, nunca o serão sem passar pelos bons professores.

Sindicato dos Professores MADEIRA

Ficha técnica: Jornal **PROF**, trimensário de informação sindical | **Propriedade, redação e administração:** Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) | Calçada da Cabouqueira, n.º 22 – 9000-171 Funchal | Telefone: 291 206 360 | Fax: 291 206 369 | Página eletrónica: www.spm-ram.org | Rede social: www.facebook.com/SPmadeira | Email: spm@spm-ram.org | Skype: spmadeira | Messenger: spm@spm-ram.org | Youtube: www.youtube.com/user/spmadeira | **Diretor:** Francisco Oliveira | **Editoras/Redatoras:** Luísa Paixão e Jackeline Vieira | **Conselho de Redação:** Comissão Executiva do SPM | **Cartoon:** Henrique Monteiro | **Paginação, grafismo e impressão:** Multiponto, S.A. | Periodicidade: semestral | Tiragem: 4.000 ex. | O PROF está aberto à colaboração dos professores, particularmente os professores em exercício de funções na RAM, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de condensar ou não publicar, em função do espaço disponível e do Estatuto Editorial desta publicação. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

editorial

O dinamismo e a força do SPM

Francisco Oliveira, coordenador do SPM

Cá está mais um número do nosso *Prof* a mostrar não só o dinamismo e a força do SPM, mas também a sua capacidade de renovação contínua. Na verdade, apesar da mudança da equipa da comunicação e informação (a saída do Nélio Sousa, para abraçar um novo desafio de vida, foi colmatada pelo regresso da Jackeline Vieira ao departamento e pela entrada da Luísa Paixão, pela primeira vez com dispensa sindical), este departamento continua a ser um elo de ligação fundamental com todos os sócios.
É verdade que optamos por reduzir de três para dois as publicações deste ano letivo, mas resolvemos manter a edição em papel. Melhor, os sócios, ouvidos através de um inquérito online, disseram maioritariamente, que esse é, ainda, o formato mais apreciado. A redução de um número por ano será, julgamos nós, largamente compensada com a publicação quinzenal da newsletter, coordenada pela Janette Ramos, recentemente chegada à comissão executiva.

Além destes canais, continuamos, por um lado, com uma aposta forte na atualização permanente da nossa página institucional (www.spm-ram.org) e do nosso facebook e, por outro, com uma presença de proximidade nas escolas, seja através da dedicação de dezenas de delegados sindicais, seja pelas contínuas visitas de dirigentes a todas as escolas de todos os setores. Sim, o SPM assume-se como um sindicato dos sócios e para os sócios, pelo que os locais de trabalho são o espaço primordial de encontro e de intervenção sindical de todos os seus elementos. O SPM não é uma instituição de dirigentes, antes um conjunto de docentes que reconhecem que só em conjunto poderão encontrar formas de defesa e de luta que contrariem as orientações economicistas que põem em causa a qualidade do trabalho e a dedicação deste grupo profissional imprescindível para a construção de uma sociedade presente e futura com valores.

Os sócios do SPM podem contar com a entrega total da atual Direção para continuar a defender a classe, pondo os interesses coletivos à frente dos particulares, mas isso não dispensa o envolvimento de cada um de nós nesta luta que é de todos. Na verdade, se os sócios abdicarem de se envolver nas grandes causas que afetam a profissão e de lutar por elas, não serão suficientes todos os dirigentes, e muito menos os seis elementos da Comissão Executiva, para manter ou reconquistar os direitos de toda a classe.
Que este número do *Prof* seja do agrado de todos e que os artigos sobre os concursos, o nosso 12º Congresso, a formação, o 39.º aniversário do SPM, os horários de trabalho dos 2.º, 3.º ciclos e secundário, o processo do Conservatório, as atividades do departamento de aposentados, entre outras, contribuam para o conhecimento mais aprofundado do trabalho desta Direção e para o exercício da profissão mais responsável e informado.

39.º Aniversário SPM: valorizando a história e celebrando o presente

Fundado a 12 de março de 1978, o Sindicato dos Professores da Madeira tem desenvolvido a sua atividade no sentido da dignificação da profisão docente e da valorização do papel do professor na sociedade. Ao longo destes 39 anos, viveram-se momentos de lutas, conquistas, sucessos e recuos, sempre marcados pela participação ativa dos seus sócios. Assim, e uma vez mais, os sócios não deixaram passar a oportunidade de evidenciar que o SPM se encontra vivo e cheio de energia para enfrentar os obstáculos que surjam nesta caminhada conjunta. Com muita alegria, mas também muita vontade de manter acesa a chama da luta sindical, associaram-se às comemorações deste 39.º Aniversário, realizadas na ilha de Porto Santo (nos dias 11 e 12 de março), onde usufruíram das atividades sugeridas.
Os "aniversariantes" (pois o SPM somos todos nós, sócios) realizaram um passeio pela "ilha dourada", durante o qual puderam contemplar belas paisagens, conviver e ainda desfrutar de uma prova de vinhos, que deliciou os presentes. O convívio ganhou destaque no momento alto das comemorações: o jantar de aniversário. Os presentes tiveram a oportunidade de partilhar momentos de alegria, com sorrisos e sorteios à mistura, culminando com um "Parabéns a você" cheio de entusiasmo e verdadeiramente sentido.
As comemorações terminaram no Centro de Congressos do Porto Santo, com a representação da peça "O Milagre", pela Associação Cultural e Recreativa do Espírito Santo. E que excelente forma de encerrar o fim-de-semana, com gargalhadas e boa disposição, revitalizando as energias, de modo a continuar a luta pelo enobrecimento da classe docente, nomeadamente, na RAM.
A todos os que se associaram à iniciativa, os nossos sinceros agradecimentos e, a todos os nossos sócios, em geral, os nossos parabéns por fazerem parte do Sindicato com maior representatividade na Região Autónoma da Madeira, que luta, verdadeiramente, pelos interesses dos seus sócios. Continuemos, juntos, rumo ao 40.º!

Janette Ramos

NEM A MINHA MÃE COMPREENDE!

Luís Timóteo Ferreira

A minha mãe, que não é nem foi professora e que pouco sabe da situação actual dos professores, quando nos vê, a mim e a minha mulher, horas seguidas sentados ao computador, com a mesa cheia de livros e papéis, sempre atarefados e a lamentarmos a falta de tempo, costuma dizer-me: "Espero que o vosso salário seja bom! Depois das aulas ainda têm este trabalho todo?!".

São contas fáceis de fazer: 35 horas semanais definidas por lei, menos 26 horas lectivas (repito, lectivas), são 9 horas por semana para o trabalho específico (repito, específico) de um professor, ou seja, preparar aulas, o que implica muitas vezes corrigir o que está mal feito nos manuais; definir estratégias; corrigir trabalhos; conceber outros materiais; reflectir sobre a melhor forma de lidar com aqueles seres humanos chamados alunos; tratar de burocracia. Se o Domingo for sagrado, mesmo para os laicos, são 9 horas a dividir por 6 dias, o que perfaz a ridícula quantia de 90 minutos (sim, hora e meia) por dia, ou 30 minutos (sim, meia horinha…) por cada terço da jorna (manhã, tarde e noite) para este trabalho suplementar de professor. Sim, suplementar, porque o trabalho de um professor é dar aulas.
Mas continuemos com as nossas continhas e façamos o seguinte exercício: suponhamos, com o cinismo que o senso-comum nos trata, que os professores têm "férias" de 15 de Junho a 15 de Setembro, algo que não é de todo verdade. Suponhamos, cinicamente, que, após o término das aulas em Junho e antes do seu início em Setembro, os professores não têm reuniões e relatórios, vigilâncias e correcções de exames, etc, etc. Em 2017, sem contar feriados e fins de semana, nesses três meses, teríamos 66 dias, dias úteis, portanto. 66 dias úteis menos 22 de férias garantidos por lei, perfazem 44 dias. Estes 44 dias equivalem a 8,8 semanas de 5 dias, logo de 35 horas de trabalho. Estas 8,8 semanas multiplicadas por 35 horas perfazem 308 horas. Isto quer dizer que, com muito cinismo, e admitindo que os professores não têm nenhum outro tipo de trabalho entre o fim e o início do ano lectivo, o seu salário contemplaria 308 horas de 15 de Junho a 15 de Setembro.
Se dividirmos estas 308 horas pelos dias da semana de trabalho de um ano lectivo, com muito cinismo e com muitos arredondamentos, encontraríamos mais uma hora e meia, a mais, por dia, a juntar, virtualmente, àquela hora e meia referida no início.
Portanto, a minha jornada de trabalho suplementar, para além da componente lectiva e não lectiva, prevista por lei, seria de 3 horas por dia.
Todos os professores sabem perfeitamente que este trabalho suplementar supera largamente as três horas por dia.
Para piorar o panorama, eu não posso trabalhar estas 3 horas, virtuais e encontradas com muito boa vontade, na escola, porque a escola não tem condições para o meu trabalho e de todos os outros colegas que deveriam estar no seu local de trabalho. Tenho de trabalhar em casa, com o meu computador, com os tinteiros da minha impressora, com o meu scanner e… com a minha factura de internet e de electricidade!
Se eu tivesse, antes ou após as minhas horas lectivas e não lectivas, ou intercaladas com estas, por exemplo, uma hora e meia de manhã e uma hora e meia à tarde, para trabalhar na escola, com condições mínimas e com os recursos da escola, talvez a minha mãe não me visse a trabalhar tanto em casa e nos fins de semana. Desconheço por completo outros funcionários públicos que levem tanto trabalho para casa!
Por fim, se pegasse no meu salário líquido e dividisse por todas estas horas e dividisse tudo isto pelos anos de congelamento da carreira, pelas idas e vindas do Estatuto da Carreira Docente, pelos cortes e sobretaxas recentes, ficaria muito claro que aquilo que eu ganho por hora é ridículo e insultuoso para a responsabilidade do meu trabalho, para o investimento que fiz na minha formação e que não cobre sequer as horas que tenho de trabalho a mais! E, isso, nem a minha mãe consegue compreender e aceitar.

(o autor segue a antiga ortografia)

"A arte no feminino"

Comemoração do Dia Internacional da Mulher no SPM

No passado dia 8 de março, o Sindicato dos Professores da Madeira comemorou o Dia Internacional da Mulher, procurando valorizar o papel da mulher na sociedade, tendo em conta a necessidade de igualdade de género, no que diz respeito ao acesso a oportunidades, dentro e fora de meios sociais, profissionais e familiares.
Esta comemoração, cujo tema principal foi a "Arte no feminino", contou com a presença de muitos participantes. Para além da inauguração de uma Exposição Coletiva de Pintura, os presentes puderam assistir a uma tertúlia, moderada por Violante Saramago Matos e com a participação de 3 preletoras convidadas (Ester Vieira, Teresa Jardim e Natércia Xavier). Estas partilharam as suas experiências pessoais e profissionais, ligadas à arte e à cultura, num universo dominado, predominantemente, por homens. Um dos momentos importantes da noite foi a atuação musical de Lidiane Duailibi e Norberto Cruz, que maravilharam os presentes com um momento muito especial, apresentando um repertório musical que homenageava as mulheres e a sua beleza (física, emocional e espiritual).
Após a tertúlia, os participantes usufruíram de um jantar-convívio, em que os sorrisos e a alegria foram uma constante, dignificando e honrando o papel feminino e a sua importância no meio social.
No final da noite, todos os presentes, na sua grande maioria mulheres, exprimiam a sua satisfação e contentamento. Todas sentiram que lhes fora feito um sentido e merecido tributo.»

Janette Ramos

FOTO: Raimundo Figueira

FOTO: Raimundo Figueira

12.º Congresso dos Professores da Madeira

Ética, docência e sindicalismo: sentidos, razões e consequências

Este ano realiza-se o 12.º Congresso do Sindicato dos Professores da Madeira, sob o lema «Ética, docência e sindicalismo: sentidos, razões e consequências». Os trabalhos iniciar-se-ão no dia 19 de maio, pelas 08h30 e decorrerão até, aproximadamente, as 18h30, do dia 20 de maio.

Neste encontro maior dos docentes da RAM, contaremos com o valioso contributo de convidados, cujo valor humanismo, civismo e integridade intelectual são amplamente reconhecidos, no papel que desempenham na sociedade.

No entanto, outros protagonistas igualmente importantes deste congresso são os nossos sócios, cuja intervenção e empenho sindical é essencial para o sucesso deste grande encontro.

Destacamos ainda que este congresso terá um alinhamento diferente do habitual, visto que será enriquecido com apresentação e votação da Carta Ética pelos sócios do SPM, em Assembleia Geral, a realizar no dia 20 de maio, pelas 14h30.

Uma palavra de agradecimento e gratidão à professora Isabel Batista , mentora da nossa Carta Ética.

Luísa Paixão

REGULAMENTO DO 12º CONGRESSO DO SPM

I
DO CONGRESSO

Artigo 1.º
(Âmbito)

O 12.º Congresso dos Professores da Madeira realiza-se no âmbito da atividade regular do Sindicato dos Professores da Madeira e é regulado pelos Estatutos do S.P.M., nos seus artigos 27.º a 32.º, e pelo presente regulamento.

Artigo 2.º
(Lema)

O 12.º Congresso dos Professores da Madeira tem como lema "Ética, Docência e Sindicalismo: sentidos, razões e consequências".

Artigo 3.º
(Competência)

1. Ao 12.º Congresso dos Professores da Madeira compete, nos termos do artigo 29º dos Estatutos do S.P.M.:
   a) Realizar o balanço das atividades relativas ao triénio 2014/2017.
   b) Debater e deliberar sobre as políticas educativas, situação sócio-profissional dos docentes e movimento sindical.
   c) Debater e aprovar a Moção de Orientação para o próximo triénio.
2. O Congresso não pode deliberar sobre matérias da exclusiva competência da Assembleia Geral, embora as possa debater.

Artigo 4.º
(Preparação e organização)

Os trabalhos de preparação e organização do Congresso são da responsabilidade dos Corpos Gerentes, da Assembleia Geral de Delegados e dos Núcleos Sindicais.

Artigo 5.º
(Local e data)

O Congresso realizar-se-á na Sede do S.P.M., Funchal, nos dias 19 e 20 de maio de 2017.

II
DOS DELEGADOS

Artigo 6.º
(Delegados)

O Congresso é constituído por delegados eleitos e por delegados por inerência.

1. Nos termos do artigo 27º dos Estatutos do S.P.M., são delegados ao Congresso por inerência:
   a) os membros da Direção e da Mesa da Assembleia Geral;
   b) os membros do Conselho Fiscal;
   c) os Delegados Sindicais.
2. São ainda delegados ao Congresso, por inerência, os membros da Comissão Pedagógica do Centro de Formação do S.P.M..
3. Os delegados por inerência têm que manifestar a sua intenção de participar no congresso, mediante inscrição nos serviços do SPM até às 17:00 horas do dia 2 de maio 2017.
4. São delegados eleitos, nos termos deste regulamento, os sócios do SPM que estejam no pleno gozo dos seus direitos sindicais.
5. Cabe à Direção do SPM emitir os cartões de Delegado e Convidado, de acordo com o presente Regulamento.

Artigo 7.º
(Eleição)

1. A eleição de Delegados ao Congresso é feita nos núcleos sindicais, por voto secreto, em Assembleia Eleitoral previamente convocada e constituída por todos os sócios do S.P.M. do respetivo núcleo, no pleno gozo dos seus direitos sindicais, obedecendo aos critérios seguintes, incluídos no anexo I do presente Regulamento:
   – até 30 sócios ..... 1 delegado
   – entre 31 e 80 sócios ..... 2 delegados
   – entre 81 e 150 sócios ..... 3 delegados
   – por cada mais 100 sócios ..... 1 delegado
2. A eleição de delegados faz-se a nível de concelho e em conjunto para os setores Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º CEB, Secundário e Especial, respeitando a representatividade de todos os setores de educação e ensino.
3. Os sócios que não pertençam a nenhum núcleo sindical estabelecido (docentes Aposentados, do Ensino Particular e Cooperativo e IPSS's, Extra-escola e da Universidade da Madeira) constituem, para efeitos do presente Regulamento, um núcleo sindical único e elegerão os seus delegados ao Congresso em Assembleia Eleitoral, previamente convocada pela Direção.
4. e, após a eleição nos diferentes núcleos sindicais, sobrarem delegados a eleger, os mesmos serão eleitos em Assembleia Geral específica, previamente convocada.
5. Os delegados eleitos impossibilitados de participar no Congresso serão substituídos pelos delegados suplentes, do seu núcleo sindical, desde que a desistência ocorra até às 17:00 horas do dia 15 de maio de 2017.

Artigo 8º
(Data)

A eleição de delegados decorrerá entre 14 e 24 de março de 2017, de acordo com calendário a estabelecer.

III
DOS CONVIDADOS

Artigo 9.º
(Convidados)

Poderão assistir ao Congresso, como convidados:

- Dirigentes dos Sindicatos de Professores constituintes da FENPROF;
- Professores, Educadores, Investigadores e Técnicos de Educação cuja participação se considere relevante para o debate dos temas do Congresso;
- Organizações representativas de estudantes e de pais e encarregados de educação;
- Organizações sindicais representativas de diferentes setores profissionais da RAM;
- Representantes dos órgãos de Governo próprio da R.A.M.;
- Representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa da Madeira;
- Representantes do poder local.

Artigo 10.º
(Uso da palavra)

A mesa do Congresso poderá permitir o uso da palavra aos convidados para dirigirem uma Saudação ao Congresso.

IV
DA FASE PREPARATÓRIA

Artigo 11º
(Trabalhos preparatórios)

Os trabalhos preparatórios decorrerão de acordo com a seguinte metodologia e calendário:

1. Publicação dos Projetos de Regimento de Funcionamento do Congresso, do Relatório de Atividades e da Moção de Orientação até o dia 7 de abril de 2017.
2. Debate e apreciação nos núcleos sindicais dos projectos referidos e apresentação de projetos/propostas de alteração até o dia 28 de abril de 2017.
3. No decorrer dos trabalhos do Congresso serão admitidas propostas de alteração desde que respeitem o estipulado no Regimento de Funcionamento do Congresso.

V
DO FUNCIONAMENTO

Artigo 12.º
(Mesa do Congresso)

A Mesa do Congresso será assegurada pelos membros dos Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores da Madeira, de acordo com a distribuição definida pela Direção do SPM.

Artigo 13.º
(Competências da Mesa)

São competências da Mesa do Congresso:

1. Assegurar a orientação dos trabalhos;
2. Zelar pelo cumprimento da Ordem de Trabalhos;
3. Cumprir e fazer cumprir os regulamentos;
4. Assegurar o apoio técnico e administrativo necessário ao bom funcionamento do Congresso.

Artigo 14º
(Intervenções)

1. Poderão intervir no decorrer dos trabalhos, de acordo com o Regimento de Funcionamento do Congresso, os delegados e convidados.
2. As intervenções devem incidir nas matérias em discussão na Ordem de Trabalhos e serão limitadas no tempo, de acordo com o estipulado no Regimento de Funcionamento do Congresso.

VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 15º
(Questões específicas)

As questões específicas, relativas ao funcionamento do Congresso, serão objeto do Regimento de Funcionamento do Congresso, a aprovar no início dos trabalhos do 12.º Congresso dos Professores da Madeira.

Artigo 16.º
(Omissões e reclamações)

Os casos omissos e reclamações serão decididos pela Direção Executiva, até ao início do Congresso, e pela Mesa do Congresso, após o seu início.

ANEXO I

De acordo com o artigo 7.º do Regulamento do 12.º Congresso dos Professores da Madeira, o número de Delegados a eleger, por núcleo sindical, é o seguinte:

N.º Sócios	Delegados a eleger
1 a 30	1
31 a 80	2
81 a 150	3
151 a 250	4
251 a 350	5
351 a 450	6

Participação do SPM nas atividades comemorativas da Semana da Inclusão da Pessoa com Necessidades Especiais

Numa época de desenvolvimento social que exige uma constante adaptação de comportamentos, torna-se imperativo valorizar e aderir a todas as ações que envolvam práticas e reflexões inerentes aos valores do respeito pela diversidade e pela Inclusão, geradoras de mudança de atitudes sociais.
Assim, e a propósito da emblemática comemoração da Semana da Inclusão da Pessoa com Necessidades Especiais, que decorreu de 3 a 9 de dezembro, o Sindicato dos Professores da Madeira (SPM) associado ao Teatro Experimental do Funchal (TEF), apoiou na logística e na organização e divulgação do concerto "Mãos que Cantam" (06 dezembro) e do workshop "Dar voz às Mãos" (07 dezembro).
O projeto Mãos que Cantam pretende demonstrar, no âmbito da responsabilidade social, que as pessoas menos capacitadas auditivamente podem fazer parte de um coro. A língua gestual, igualmente rica e complementar da linguagem musical, potencia a expressão dos sentimentos mais profundos, tornando assim cada concerto num espetáculo único.
Deste modo, as crianças e adolescentes que tiveram a oportunidade de participar no Workshop do dia 7 de dezembro de 2016 puderam experienciar uma atividade dinâmica, prática e intensa, pois o grupo trabalhou algumas noções musicais, ao mesmo tempo que as traduzia para Língua Gestual Portuguesa. O resultado foi surpreendentemente positivo, na medida em que os participantes (ouvintes) saíram maravilhados e extremamente motivados para poder vivenciar momentos maioritariamente vividos pelos seus colegas surdos; do mesmo modo, os participantes surdos puderam experimentar a música, de uma forma mais próxima, intensa e com significado.
A participação do SPM nas comemorações desta Semana da Inclusão também se fez sentir na presença de Janette Ramos (Coordenadora do setor da Educação Especial do SPM), no Simpósio "Falar de Inclusão", que se realizou na Assembleia da República, no dia 13 de dezembro de 2016, a propósito da comemoração do 10º aniversário da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. A iniciativa contou com a presença de diferentes representantes de vários grupos parlamentares e o debate foi moderado pela atleta paralímpica Simone Machado Fragoso.
Independentemente das cores partidárias, as opiniões transmitidas pelos participantes relacionaram-se, inevitavelmente, com a ideia de que é impreterível que a legislação existente seja aplicada, de modo a que as barreiras físicas que impedem uma efetiva inclusão das pessoas com deficiência, possam ser ultrapassadas. Este Simpósio permitiu, aos grupos parlamentares, um registo de diversas sugestões dadas pelos participantes, tendo em vista uma real efetivação dos direitos consagrados às pessoas com necessidades especiais.

De um modo geral, espera-se que ao "Falar de Inclusão" saibamos o papel que cada um de nós tem na sociedade e a sua importância para a mudança de comportamentos e atitudes.
Ainda no âmbito da temática da Educação Especial, a FENPROF tem acompanhado de perto a situação profissional dos docentes de Língua Gestual Portuguesa; aguarda-se a criação de um grupo de recrutamento direcionado para estes professores, que viram essa possibilidade tornar-se mais longínqua depois das reuniões de negociação com o Ministério da Educação, relativamente à alteração do diploma dos concursos nacionais, cuja decisão final prevê a constituição (no ano letivo 2018/2019) de uma Comissão de Educação para análise e estudo inerentes à criação do grupo de recrutamento de LGP. Não se vislumbra a concretização desta medida, que, a nosso ver, é fundamental para a estabilidade destes profissionais e, consequentemente, para um desenrolar mais objetivo e eficaz das atividades desenvolvidas com os alunos em causa.

Janette Ramos

Ensino Superior Público sob pressão e ameaça

João Cunha e Serra

O ensino superior tem estado sujeito a crescente pressão resultante da intensa competição por recursos que suportem a sua actividade. Os orçamentos de funcionamento com origem no OE ficam bastante aquém do necessário para cobrir as despesas com o pessoal, pelo que as receitas próprias são cada vez mais indispensáveis para assegurar o cumprimento com qualidade das missões das instituições.

João Cunha e Serra, presidente do Conselho Nacional da FENPROF

Em simultâneo com os fortes cortes orçamentais dos últimos anos, que obrigaram ao redobrar de esforços no sentido da procura de financiamentos alternativos, num quadro muito adverso de recessão económica, foram impostas fortes restrições ao exercício da autonomia administrativa e financeira, com efeitos negativos para a angariação de receita própria.

Este quadro que já vinha de trás, levou o governo, em 2007, a engendrar um figura jurídica para as instituições, que supostamente as colocaria ao abrigo de intervenções restritivas do Ministério das Finanças – as fundações públicas com regime de direito privado.

Esta figura, à qual já aderiram 5 instituições universitárias, comporta sérios riscos, os principais dos quais são:

1) A entrega da última palavra quanto a decisões estratégicas a um conselho de curadores, só com elementos externos que não respondem perante ninguém e são inamovíveis, após nomeação pelo governo, ainda que sob proposta das instituições;
2) A possibilidade de criação de carreiras próprias para o pessoal docente e outro, contratado no regime privado, tendo como referência única o Código do Trabalho.

As instituições que passaram, ou desejam passar, a este regime estão dispostas a trocar o bem maior da sua autonomia estratégica por uma maior flexibilidade na gestão, na convicção de que ficam melhor colocadas na competição pelos escassos recursos fora do OE. Desde logo, a experiência tem provado que as supostas vantagens das fundações têm sido uma ilusão, pois foram obrigadas a permanecer no perímetro do OE, com as inerentes obrigações de sujeição à contabilidade pública.

Entretanto, ficaram sujeitas à interferência de curadores com uma cultura de gestão privada, em bancos e grandes empresas, que tendem a privilegiar critérios de mercado face aos da prossecução do interesse público.

Quanto ao pessoal docente e outro, os critérios da gestão privada ameaçam fortemente a liberdade académica e o direito a uma carreira com garantias de estabilidade que é um pressuposto dessa liberdade.

O combate à precariedade e à submissão a interesses privados passa assim pela rejeição do modelo fundacional e pela exigência do respeito pela autonomia consagrada na Constituição, mantendo o regime público, porque público é o interesse que as instituições estão obrigadas a prosseguir.

O imbróglio jurídico do Conservatório

O Conservatório – Escola Profissional das Artes da Madeira, Eng.º Luiz Peter Clode (CEPAM) é um estabelecimento público de ensino secundário, herdeiro da Academia da Música e Belas Artes da Madeira e que conta já com 70 anos de história.

Desde o início do milénio, esta escola tem assistido a várias alterações na sua designação e orgânica, bem como nas suas áreas de ensino e formação, tendo as mesmas consubstanciado as justificações da tutela para a alteração da relação jurídica de emprego, quer do pessoal docente quer do pessoal não docente deste estabelecimento que, em 2000, se viram forçados a transitar de um vínculo público para um vínculo privado. Com esta transição, os professores deixaram de estar abrangidos pelo Estatuto da Carreira Docente (ECD), passando a ser-lhes aplicado o Contrato Coletivo de Trabalho do Ensino Particular e Cooperativo (CCT-EPC).

A contratação do pessoal docente do Conservatório voltou a efetivar-se através de relação jurídica de emprego público a partir do ano letivo 2010/2011, resultante da aplicação do regime de contrato de trabalho em funções públicas, mantendo-se, todavia, o vínculo privado dos docentes que à data pertenciam ao quadro do CEPAM.

Na sequência da caducidade do CCT-EPC celebrado entre a FENPROF e a AEEP (Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo), que produziu os seus efeitos a maio de 2015, 60 professores do CEPAM deixaram de estar abrangidos por qualquer instrumento regulador da profissão docente, fosse ele público ou privado. Face a esta realidade e no âmbito da negociação coletiva, o SPM apresentou ao Secretário Regional de Educação, em 28 de junho de 2016, uma proposta, devidamente fundamentada, de transição dos docentes do quadro do Conservatório com contrato individual de trabalho, para o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, tendo como diplomas enquadradores o ECD-RAM e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, ficando o SPM a aguardar o agendamento do processo negocial.

Depois de muitos avanços e recuos, quinze plenários com os sócios deste estabelecimento, 9 reuniões com a SRE, duas acções interpostas no tribunal, um concerto dissonante na Placa Central em frente da SRE e um dia de greve com mais de 80% de adesão, foi possível iniciar as negociações para a integração de todos os professores no ECD-RAM, definindo-se o dia 31 de março como prazo para a concretização desse objectivo.

O SPM orgulha-se de ter acompanhado estes colegas, que desde há muito têm sido prejudicados nas suas vidas profissionais, e garante que, independentemente do desfecho das negociações, estará sempre ao seu lado, tal como tem feito com os de outros setores sempre que precisam de apoio.

Margarida Fazendeiro

Grande inquérito sobre os horários dos professores dos 2.º, 3.º ciclos e secundário

Há muito que os docentes se queixam de que trabalham muito mais do que as 35 horas previstas por lei e de que as suas vidas pessoais e familiares são, frequente, perturbadas pela necessidade de se dedicarem às tarefas inerentes à profissão em momentos que deveriam ser para usufruto familiar ou pessoal.

Contrariamente a estas queixas, são frequentes as acusações de profissionais de outros setores e de alguns comentadores conhecidos de que os docentes são uma classe privilegiada que tem uma carga horária laboral bem inferior à da maioria dos trabalhadores!

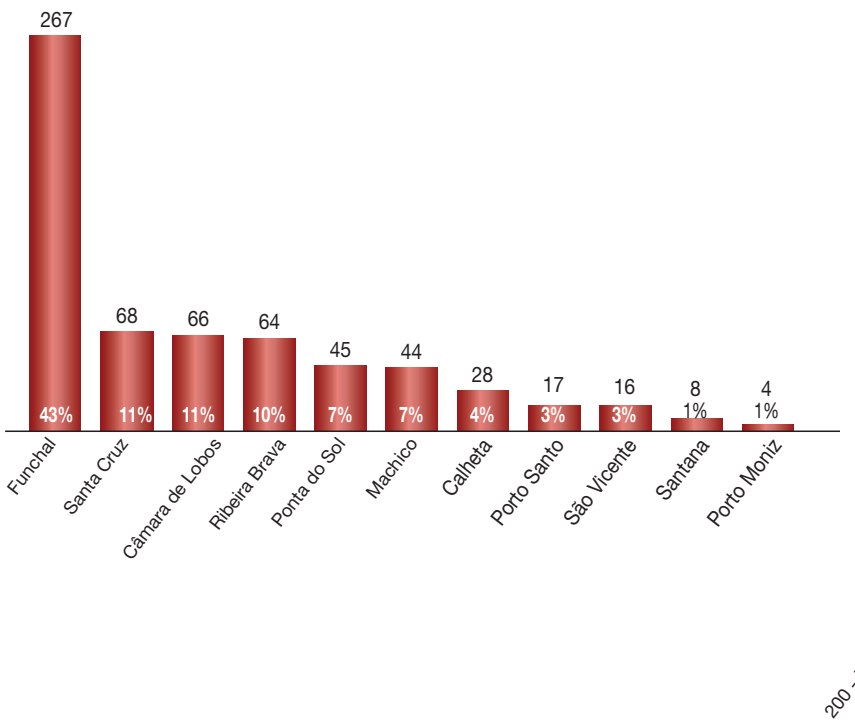
Quem tem razão? Serão os docentes uns privilegiados ou uns mouros de trabalho? Para o SPM, a resposta é óbvia, há muito, faltando apenas apurar qual a verdadeira dimensão do trabalho prestado pela grande maioria dos professores para além do horário laboral consignado pela lei. Foi, pois, com esse objetivo que o SPM se associou ao inquérito de âmbito nacional promovido online pela FENPROF, entre os dias 19 de dezembro e 31 de janeiro, sobre os horários de trabalho dos professores dos 2.º, 3.º ciclos e do ensino secundário, ponto de partida para o grande estudo sobre os horários laborais dos docentes de todos os setores de educação e ensino, que será alargado, no futuro, aos colegas do 1º ciclo e do pré-escolar.

Este inquérito foi preparado, ao longo de várias semanas, com todo o cuidado por uma equipa de dirigentes destes setores e testado, antes de ser disponibilizado aos professores em geral, com professores de várias escolas do país. Assim, chegou-se às 25 perguntas finais sobre a região do país onde o docente trabalha, grupo disciplinar, número de níveis lecionados, número de turmas e de alunos e, sobretudo, sobre as diversas atividades/tarefas que compõem o horário da componente não letiva do professor (quer a nível do estabelecimento, quer a nível individual), para além, evidentemente, da componente letiva.

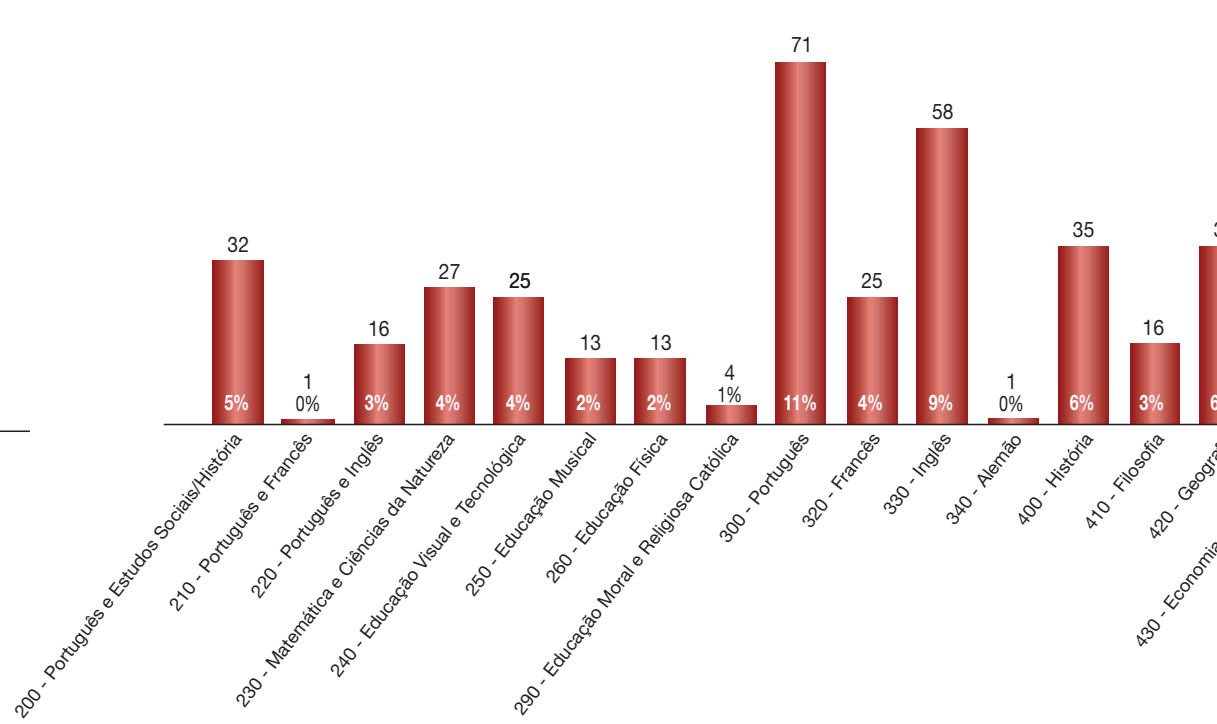
Se a expetativa era grande, a resposta dos professores não desiludiu: 628 respostas validadas na RAM e quase 6 000 a nível nacional, o que representa mais de 15% dos professores destes setores na Região e 10% em termos nacionais. Uma amostra mais do que representativa, até porque abrangeu de forma transversal todos os concelhos da RAM, com o Funchal à cabeça (42%); todos os grupos disciplinares, desde os mais numerosos (Português, Matemática, Inglês) aos mais pequenos (Educação Moral Religiosa Católica, Eletrotecnia, Francês do 2.º ciclo e Alemão) e todas as idades (40% com menos de 50 anos de idade, 26% entre os 50 e os 54, os restantes com 55 ou mais).

Não é tarefa fácil apurar com rigor um horário tão multifacetado como o destes docentes, que dividem o seu trabalho por uma série de atividades exercidas quer na escola quer em casa e que tem picos de exigência não só ao longo da semana mas, sobretudo, ao longo de cada período. Em termos da componente letiva e da componente não letiva de estabelecimento não

Concelho que leciona



Grupo disciplinar

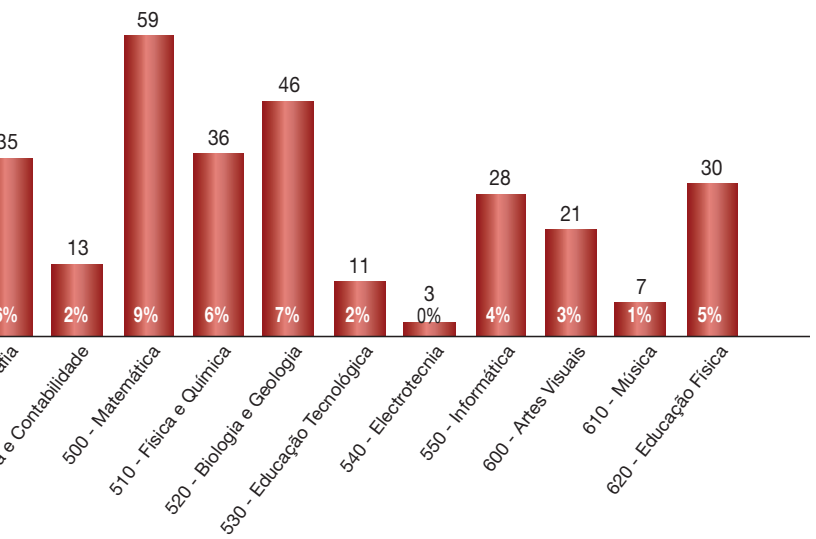


Professores trabalham, em média, 46 horas/semana

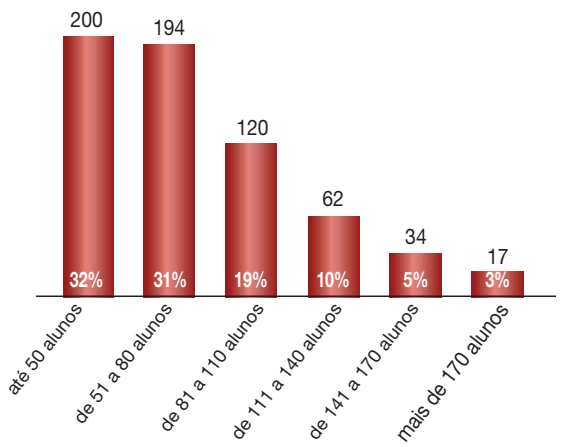
há qualquer problema, porque estão devidamente assinaladas no horário que o professor recebe no início do ano escolar. A maior dificuldade está, claramente, no apuramento rigoroso da componente individual de trabalho, que, consoante a situação profissional de cada docente, vai de 10 a 21 horas semanais e que abrange uma grande variedade de atividades: preparação de aulas, elaboração e correção de testes, preparação de outras atividades/tarefas de avaliação (fichas de trabalho, T.P.C., trabalhos de grupo, relatórios, resumos, sínteses, recensões, portefólios, entre outros), reuniões, redação de atas, outras tarefas administrativas (preparação de dossiês de turma; preenchimento de documentação, como registos biográficos, inquéritos e grelhas; arquivo de documentação; preenchimento de sumários em plataformas digitais; leitura e análise de legislação e circulares informativas, entre muitas outras).

Análise dos principais dados (médias)

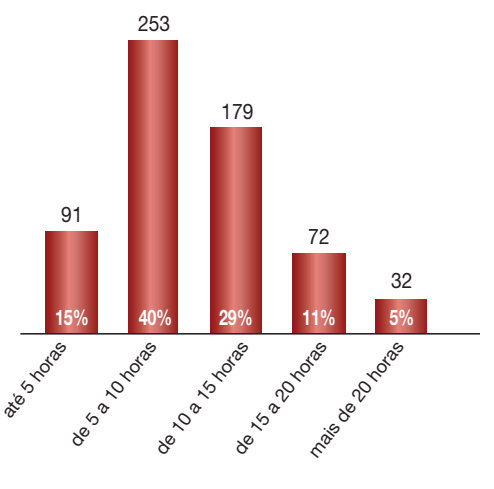
Em termos médios, podemos afirmar que os professores a lecionar na RAM têm um horário semanal de cerca de 46 horas, dividido da seguinte forma: cerca de 20 horas de componente letiva + 4 horas não letivas de estabelecimento + 22 horas de componente individual de trabalho.
Ora, não restam dúvidas de que é a nível desta última componente que a grande maioria dos docentes se vê prejudicada, já que não deveria ter mais de 10 ou 12 horas, consoante os casos. Não sendo assim, é claro que há uma larga percentagem de professores que trabalha muito mais do que está consignado por lei e, evidentemente, do que o recomendado.
Quem são esses professores? A grande maioria, mas, sobretudo, os que lecionam três (21,5%) ou mais níveis (14,1%); os que têm 4 (20,4%) ou mais turmas (33,3%), que são os que acabam por ter um número excessivo de alunos: 19,1% têm entre 81 e 110; 9,9% têm entre 111 e 140; 5,4% têm 141 e 170 e 2,7% têm mais de 170 alunos. Numa altura em que os alunos exigem cada vez mais atenção dos professores, é imperioso definir um número máximo razoável de alunos por professor, sob pena de se pôr em causa a educação de qualidade que todos desejamos.
Especifiquemos, agora, os tempos médios dedicados a cada uma das atividades da componente individual de trabalho, em que os professores gastam semanalmente 22 horas: em primeiro lugar, surge a preparação de aulas, com 10 horas e 20 minutos; seguem-se, depois, a correção de testes (3h03m), outras tarefas/atividades de avaliação (3h02m), outras tarefas administrativas (3h), reuniões (1h52m), elaboração de testes (33m) e, finalmente, a redação de atas, com 10 minutos em média por semana. De notar que, juntando todos os itens de avaliação, constata-se que ocupam 6h38m por semana, o que lhes dá claramente o segundo lugar, logo a seguir à preparação de aulas.
Apurou-se, ainda, que 40,1% dos professores têm



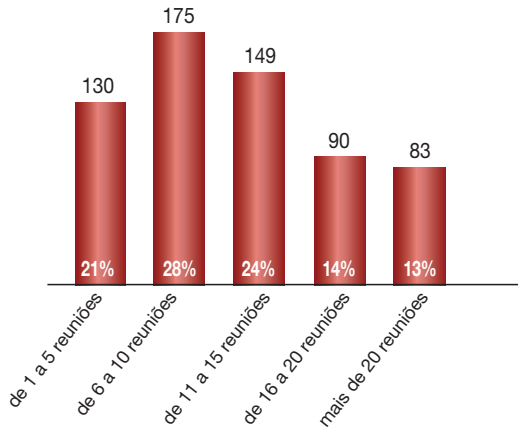
Número total de alunos



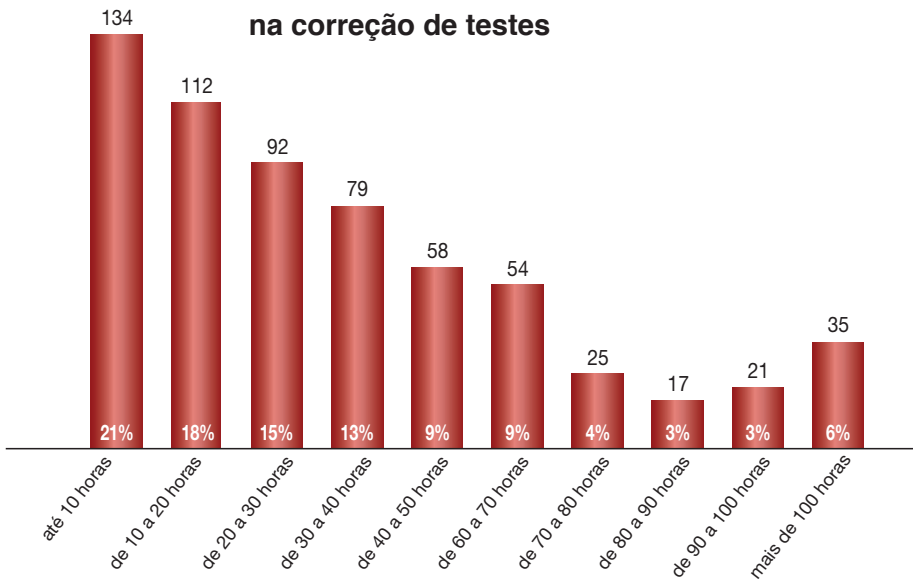
Tempo gasto, em média, semanalmente, na preparação de aulas



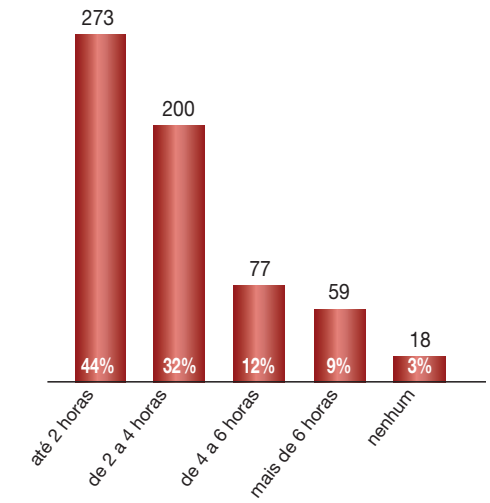
Número médio de reuniões por período



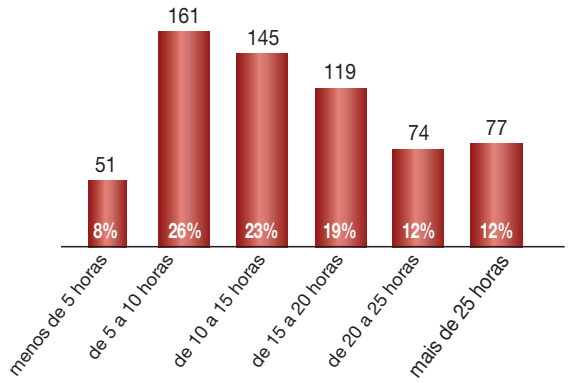
Tempo gasto, em média, por período, na correção de testes



Tempo gasto, em média, semanalmente, com outras tarefas administrativas



Qual a sua perceção do número de horas gasta, semanalmente, em todas as atividades profissionais com exceção das da componente letiva (aulas)



direção de turma, 17,4% são delegados de grupo e 6,7% são coordenadores de departamento.
Por fim, foi curioso constatar que, embora os professores reclamem constantemente contra a sobrecarga de trabalho, a perceção que têm dela é inferior à sua verdadeira dimensão. Na verdade, quando questionados sobre a perceção do seu horário de trabalho, os docentes apontam para uma média na casa das 40 horas semanais.

A Reivindicações do SPM e da FENPROF

Face aos resultados, o SPM reafirma e reassume a atualidade de todas as reivindicações que a FENPROF tem apresentado, desde há muito, sobre a pertinência de se repensarem os horários dos professores, nomeadamente, entre outras:

- a redução do horário de trabalho docente;
- a clarificação das atividades que constituem a componente letiva e das que devem ser consideradas componente não letiva;
- a redução dos alunos por turma;
- a redução do número de turmas por professor;
- o combate às ilegalidades;
- a recuperação do regime anterior de reduções por tempo de serviço;
- o regime excecional de aposentação para todos os docentes com base no tempo de serviço.

Caso a tutela não aceda a estas reivindicações, os professores estão na disposição de cumprir horários de 7 horas diárias nas escolas, desde que sejam criadas condições para que tal seja possível, nomeadamente, criação de espaços de trabalho adequados ao cumprimento de todas as tarefas/atividades da componente individual de trabalho habitualmente realizadas em casa e dotação das escolas de todos os materiais e recursos imprescindíveis às mesmas: computadores para todos os professores, fotocopiadoras, acesso ilimitado à internet, papel de fotocópia, cacifos adequados à guarda de todos os livros e materiais usados pelos professores, secretárias e cadeiras adequadas… e tantos outros.
Os professores não podem continuar a influenciar negativamente as suas vidas pessoais e familiares suportando cargas de trabalho extremas que acabam por prejudicar, igualmente, o seu bem-estar psicossomático, nem a colmatar a escassez de recursos das escolas com os seus bens materiais.

Francisco Oliveira

HORÁRIO TOTAL	
Horário letivo	19,54
Preparação de aulas	10,33
Elaboração de testes	0,55
Correção de testes	3,05
Outras tarefas de avaliação	3,04
Reuniões	1,86
Atas	0,17
Outras tarefas administrativas	3
Componente de estabelecimento	4
Total	**45,54**

FENPROF não dá acordo a proposta final do ME para os concursos

No dia 20 de janeiro de 2017 concluíram-se as negociações com o Ministério da Educação sobre as propostas de alteração ao regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente.
Deste processo resultaram alguns avanços em relação aos documentos iniciais, assinalando positivamente o recuo na discriminação negativa dos docentes das regiões autónomas nos concursos interno e mobilidade interna, a manutenção das seis horas letivas como referência para a não atribuição de horário-zero, a abertura de lugares de quadro de escola sempre que, nos últimos quatro anos, tenha sido necessário recorrer a docentes de QZP, em mobilidade interna ou contratados a termo e a recuperação do tempo de serviço perdido (ilegalmente descontado por razões de doença), por violação do estipulado no artigo 93.º do Estatuto da Carreira Docente.
Apesar dos avanços verificados, a FENPROF não deu o seu acordo à proposta final do ME para os concursos. As principais razões foram:

a) A priorização dos docentes dos QE/QA em relação aos docentes de QZP na ordenação dos candidatos ao concurso interno;

b) A inclusão (durante dois anos) na 2.ª prioridade para a contratação e ingresso no quadro de docentes com contrato por tempo indeterminado de natureza privada, concorrendo em igualdade de circunstâncias com docentes com vínculos precários à administração pública;

c) A perpetuação de uma "norma-travão" que não transpõe nem respeita a Diretiva comunitária, o que permite o continuado abuso no âmbito da contratação a termo, situação que também já mereceu uma forte crítica do Senhor Provedor de Justiça;

Encontro Nacional de Professores e Educadores organizado pela FENPROF em defesa dos docentes da Madeira e dos Açores

d) A manutenção de uma norma de vinculação extraordinária que continuará a deixar de fora dos quadros muitos docentes com 12 ou mais anos de serviço mantendo-se, assim, uma elevada percentagem de precariedade na classe docente;

e) A ausência de garantias quanto à abertura de novos processos de vinculação extraordinária em 2018 e 2019, o que poderia permitir a urgente redução do número de docentes com contratos a termo (o Ministério da Educação, de acordo com os dados divulgados pelo Governo no relatório sobre a precariedade na Administração Pública, é responsável por cerca de metade de toda a precariedade existente nos trabalhadores do Estado);

f) A não criação, ainda este ano, do grupo de recrutamento para a Língua Gestual Portuguesa (LGP);

g) A falta de qualquer referência à criação de outros grupos de recrutamento, nomeadamente, o Teatro, a Dança e a Intervenção Precoce.

Margarida Fazendeiro

No dia 20 de janeiro de 2017 concluíram-se as negociações com o Ministério da Educação sobre as propostas de alteração ao regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente.

A luta dos professores aposentados, em articulação com todo o movimento sindical unido

As políticas praticadas pelo governo de coligação PSD/CDS, entre 2011 e 2015, traduziram-se num ataque feroz às funções sociais do Estado, mediante a tentativa de desmantelamento e privatização dos serviços públicos e a aplicação de cortes nas verbas essenciais à Educação, Saúde e Segurança Social, e no empobrecimento geral, sobretudo das classes mais desfavorecidas. Um verdadeiro ajuste de contas com o 25 de Abril!
A luta determinada dos trabalhadores contra as desigualdades e o empobrecimento do país e dos seus cidadãos foi determinante para a alteração do cenário político surgido das eleições de 4 de Outubro de 2015.
Nesta luta verificou-se forte envolvimento dos reformados, aposentados e pensionistas, para ela mobilizados pelos seus sindicatos e outras estruturas sindicais de âmbito nacional.
As novas condições políticas permitiam então a criação de um governo do Partido Socialista, com apoio parlamentar do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista Português e do Partido Ecologista Os Verdes.
Este governo tem conseguido superar as dificuldades políticas decorrentes quer da oposição da direita, quer dos constrangimentos e condicionantes das estruturas da União Europeia.
A reposição dos salários a trabalhadores da administração pública, o fim da taxa de solidariedade social (CES) para a maioria dos aposentados, a reposição dos quatro feriados suprimidos em 2012, a redução da sobretaxa do IRS e a sua eliminação total para rendimentos mensais até 505€, a melhoria das prestações sociais, o descongelamento de algumas pensões foram medidas de justiça social tomadas pelo novo governo e que se saúdam.
A realidade mostra-nos, porém, que, apesar de um quadro político mais favorável aos trabalhadores e da importância de medidas já tomadas no campo laboral, a luta pelos nossos direitos não pode esmorecer. A realidade requer que continuemos organizados e participativos nos nossos sindicatos, unidos na exigência de políticas e medidas que deem resposta a problemas urgentes: emprego, salários e rendimentos, pensões e prestações sociais, direitos, funções sociais do Estado e serviços públicos, como a saúde e a segurança social, constituem, sem dúvida, os problemas de mais urgente solução.
A sabedoria acumulada em muitos anos de trabalho e de luta permite compreender que não desistiremos de reivindicar o que é justo: melhores reformas, melhor acesso à saúde, uma vida mais digna.
Assim, o Departamento de Aposentados da FENPROF continuará a cumprir o papel de unir os docentes aposentados e de organizar a sua luta, em articulação com todo o Movimento Sindical Unido, pela defesa das suas justas reivindicações, dando sentido a uma intervenção cívica e política de cidadãos de plenos direitos.
Na linha da frente da nossa luta reivindicativa, estará, para este ano, a actualização das nossas pensões de modo a atenuar a perda do poder de compra das pensões congeladas, na sua generalidade, desde 2009, sem esquecer, obviamente, novas regras para a aposentação dos nossos colegas ainda no activo, dando prioridade ao tempo de serviço e ao desgaste profissional.

Rita Pestana, membro da CP e da CC do Departamento de Aposentados da FENPROF, em representação do SPM

Inter-reformados CGTP-IN

Atividades do Centro de Formação do SPM

Ao longo deste ano letivo, pelo CF-SPM, passaram mais de duzentos formandos, que beneficiaram das seguintes atividades formativas:
Durante o mês de setembro, dirigidas os todos os setores e grupos disciplinares, realizaram-se as seguintes formações creditadas: *Antes e depois das Competências: como trabalhar com metas, objetivos e descritores de desempenho*, orientada pelo professor Timóteo Ferreira; *Processos atípicos de desenvolvimento: conhecer, compreender, avaliar e intervir?*, orientada pela professora Maria Ângela Freitas; *Avaliar e Refletir sobre a ação, para melhorar a prática pedagógica*, orientada pelo professor Fernando Correia.
Em outubro, validadas pela DRE para todos os grupos e setores de docência, tiveram lugar as *Jornadas Pedagógicas do MEM*, sob o modelo de Palestras e Debates, com diversos preletores.
Entre os meses de novembro e dezembro os professores tiveram ocasião de frequentar duas atividades formativas: *Audacity, Windows Live Movie Maker e PowerPoint 2010 – noções práticas para atividades letivas*, ação creditada para todos os docentes, lecionada pelo professor Vasco Dias; *Argumentação e pensamento crítico na sala de aula como estratégia de resolver conflitos*, validada pela DRE para todos os docentes e dinamizada pelo professor Rolando Almeida.
Ao longo dos meses de janeiro e fevereiro, o

Encontros ao Luar

Encontros ao Pôr-do-Sol

Encontros ao Luar

Workshop de Escrita Criativa

professor Rui Ramalho foi o responsável por duas ações de formação creditadas: *Metas de Matemática 1.º e 2.º ciclo*, destinada a docentes do 1.º ciclo e a docentes de matemática do 2.º ciclo e *Plataforma de e-learning e Construção de Recursos Educativos Digitais*, para todos os docentes.
Para os próximos meses estão calendarizadas duas novas formações validadas pela DRE: entre 18 de março e 1 de abril as manhãs de sábado do nosso sindicato serão animadas pela formação *Felicidade e Otimismo*, um caminho dentro da escola, ministrada pela formadora Sofia Mariana Pereira Henriques; em abril decorrerá uma formação dedicada *Às Novas Orientações Curriculares do Pré-Escolar*, da responsabilidade da professora Emília Vilarinho.
Para além das atividades formativas formais o Centro de Formação em parceria com o setor de atividades recreativas do SPM organizou: no dia 19 de novembro um Encontro ao Pôr-do-Sol, tertúlia ambiental a bordo do Catamarã, no qual o Pôr-do-Sol e a paisagem deliciosa se conjugaram para um fim de tarde inesquecível em que se falou sobre *A Importância da Educação Ambiental na Educação do Indivíduo,* conversa orientada pelos professores Hélder Spínola e José Manuel Silva; no dia 10 de fevereiro, houve *Encontros ao Luar,* com o escritor Pedro Chagas Freitas, que fez a delícia de uma numerosa plateia, numa conversa conduzida pela professora Helena Borges, e no dia 11 de fevereiro, aconteceu o Workshop de *Escrita Criativa*, magistralmente orientado pelo mesmo escritor.
Para o futuro fica a certeza de que o CF-SPM continuará a apostar numa formação de qualidade para os seus professores, mau grado os constrangimentos que a ausência de financiamento europeu tem causado.

Luísa Paixão

A importância do Pensamento Crítico na sala de aula

O que pensam os professores?

Adelaide Mendonça Dória

O Pensamento crítico, podendo parecer uma atividade académica, tem grande utilidade prática, como ferramenta para lidar com os problemas quotidianos, quer na vida pessoal, quer na nossa atividade profissional, visto que somos constantemente desafiados por situações novas que exigem capacidade de análise e decisão, quer ainda na nossa participação numa sociedade democrática. Precisamos de pensamento crítico para abordar os problemas de forma sistemática, conscientes do modo como decidimos.
Para o argumento ser bom deve ser logicamente válido, tendo as premissas que ser verdadeiras e o argumento dar boas razões para aceitar a conclusão. Saber argumentar é saber pensar com razões e discuti-las, evitando os erros de raciocínio mais evidentes.
Na sala de aula, o pensamento crítico é fundamental para formar os alunos no sentido de lhes oferecer razões que os façam pensar criticamente nas suas posições.

Magda Paula Fernandes Franco

Promover o pensamento crítico é, indiscutivelmente, uma mais - valia na preparação de uma geração de jovens proativos na gestão de conflitos e eficaz nas atitudes e comportamentos sociais. A destreza mental e a exposição cristalina das ideias assentam num princípio fundamental que é o direito à defesa pessoal em qualquer situação de conflito.
A pedra basilar da estrutura intelectual e emocional do ser humano é o desenvolvimento crítico e proativo em toda e qualquer situação de conflito e de interação social.
O pensamento crítico ocorre como estratégia na gestão de conflitos quando o aluno tem consciência da temática que está em questão, quando tem capacidade de raciocinar e explanar o seu pensamento de forma clarividente, concisa e fundamentada e quando parte do pressuposto que a inverdade não pode ocorrer aquando a discussão destes assuntos. Tem de haver uma negociação de parte a parte com o respeito mútuo de saber ouvir e de retorquir de forma correta e educada.

Miguel Alexandre Palma Costa

No ensino da Filosofia, a prática do pensamento crítico permite-nos atualmente facultar aos alunos não só o reconhecimento das suas faculdades do pensar, mas também o aperfeiçoamento do seu discernimento cognitivo, ético, estético, religioso, político, lógico, etc., o que contribui no presente imediato – e a médio prazo, no futuro – para uma maior capacitação na intervenção/participação ativa dos cidadãos na vida das comunidades a que pertencem.
Em género de conclusão, o ensino da Filosofia, hoje, ao aplicar o método/estratégia do pensamento crítico, permitirá que os alunos façam (e aperfeiçoem) uma análise crítica das suas convicções pessoais, se apercebam da diversidade dos argumentos (e pontos de vista) e das problemáticas dos outros, mas também – e principalmente – que reflitam, problematizem e descubram o carácter limitado de todo o conhecimento, mesmo daquele que hoje é considerado o mais seguro e/ou próximo da verdade. Assim, e pelas razões expressas, o ensino da Filosofia não se deve furtar ao exercício do pensamento e argumentação crítica, pois o seu objetivo é seguramente proporcionar aos alunos um trabalho reflexivo a todos os níveis, ou melhor, "uma atitude de suspeição", crítica, sobre todo o real, mas simultaneamente uma atitude que lhes permita também tomar um posicionamento compreensivo e reflexivo sobre esse mesmo real.

Trabalhos realizados no âmbito da formação Argumentação e pensamento crítico na sala de aula como estratégia de resolver conflitos, dinamizada pelo professor Rolando Almeida

TEMAS DE ONTEM E DE HOJE

A Madeira e o Reino: visões recíprocas

No dia 27 de janeiro realizou-se no auditório do SPM a conferência *"A Madeira e o Reino: Visões recíprocas"* proferida pela investigadora Ana Cristina Trindade[1] que abordou as relações de poder que se foram desenvolvendo entre a Madeira e o Reino, os conflitos que foram surgindo e que terão contribuído para a forma como o Reino foi vendo a Madeira e, reciprocamente, o modo como os madeirenses encaravam os representantes do poder central.

Durante mais de uma hora, Cristina Trindade cativou a atenção da numerosa assistência com relatos coloridos, realistas e cheios de humor de episódios ocorridos ao longo de vários séculos da história da Madeira, alicerçados sempre em documentos históricos.

Zarco, 1.º capitão do donatário da capitânia do Funchal

Numa primeira fase, somos confrontados com a governação de Zarco, a quem foi entregue um conjunto variado de competências como doar terras de sesmarias; aplicar a justiça (exceto quando a pena era de morte ou amputação); indicar os vereadores para a Câmara do Funchal; arrecadar a redízima; o monopólio da venda de sal e de sabão, entre outras.

Esta concentração de poder sem controlo levou muitas vezes Zarco a exorbitar as suas funções sem atender às queixas da população que, por diversas vezes, recorreu para o Reino apresentando os excessos a que estava sujeita.

Pretensões como a eleição dos vereadores da Câmara Municipal do Funchal e reclamações contra a exorbitância dos preços do sal e do sabão, cujo monopólio pertencia a Zarco, até mereceram a concordância do Donatário, mas outras eram consideradas *"ousadias insulares"*.

Governadores, Corregedores, Bispos e Provedores da fazenda

No reinado de D. Manuel, que passou a ser o Donatário das Ilhas, a administração destes territórios foi entregue a representantes do reino (governadores, corregedores, bispos e Provedor da Fazenda), com atribuições definidas e nomeados pelo Rei, por períodos de tempo determinados.

Para estes dignitários, o exercício destas missões nos territórios insulares, eram cargos de passagem com vista a uma carreira mais lustrosa que iria progredir no Reino ou no Império. Desempenho ingrato que implicava manterem-se nas boas graças do Rei e arrostarem com as queixas da fidalguia local e, mais remotamente, da população em geral.

Câmara Municipal do Funchal e a defesa do poder local

A Câmara do Funchal que, dada a sua importância, muitas vezes se intitulava de Câmara da Ilha, era o único órgão de poder constituído por naturais da Madeira. A sua vereação e os homens bons do Funchal, em variadas situações, enfrentaram os representantes do Reino, em defesa do poder local ou até de simples prerrogativas protocolares.

Um dos mais graves confrontos entre a edilidade e os representantes do Reino ocorreu em 1668, quando uma revolta, com recurso a armas, terminou com a deposição do governador D. Francisco de Mascarenhas que foi enviado de volta para o Reino e substituído por um madeirense.

Foram também palco de conflitos as procissões do Corpo de Deus e de S. Tiago, cuja tutela era partilhada pela Câmara e pela Igreja, quer por alegadas interferências da Igreja em matérias da competência camarária, quer por diferenças de interpretação das prioridades protocolares no desfile processional.

A aplicação da Justiça e os "padrinhos e afilhados"

Mas os constrangimentos também se faziam sentir na aplicação da justiça, especialmente se o réu pertencia a uma família poderosa, pois os oficiais de justiça tinham medo das represálias dos familiares do réu.

Em 1698, um documento dirigido a um Governador recomendava que na Justiça se usasse de *"muita manha"* e justificava *"na terra não há com que fazer prisões porque nem os oficiais de justiça nem os de guerra dão à execução ordem que seja contra aqueles homens com quem vivem e de quem são todos obrigados, compadres e afilhados"* E que em muitas ocasiões era melhor fazer-se cego, surdo e mudo.

As visões recíprocas

Os factos referidos e outros semelhantes terão contribuído para a construção de uma

Conferência a Madeira e o Reino

(1) **Ana Cristina Machado Trindade** é licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Fez mestrado em História Moderna na Universidade da Madeira, em 1999, e nesta mesma universidade concluiu o doutoramento, em 2011. Dedica-se, sobretudo, à investigação de temas de História Religiosa. Presentemente, pertence ao CLEPUL (Centro de Estudos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) e integra a equipa coordenadora do Projeto Aprender Madeira, no âmbito do qual se encontra em curso o Dicionário Enciclopédico da Madeira.

imagem pouco abonatória do modo como os madeirenses eram vistos no Reino expressas em numerosos documentos: *"Orgulhosos"*, *"atrevidos"*, *"sem nenhum conhecimento nem obediência da razão, levados tão-somente das sua paixões como brutos sem temor de Deus, nem honra, nem previsão de futuro"* assim eram caraterizados por D. José de Sousa Castelo Branco, bispo do Funchal em carta de 1707; pouco fiáveis, e intriguistas assim referia o Governador do Funchal D. Álvaro Xavier Botelho, em 1768, quando se preparava para deixar o cargo *"(…)pelo seu orgulho não desprezará nem a mínima ocasião para semear discórdia entre os seus maiores"* e aconselhava a maior prudência aos representantes do Reino recém chegados especialmente se, por

coincidência, o governador, o bispo, o provedor e o juiz de fora fossem todos novos no cargo, *"(…) vindo 4 cabeças com 8 olhos cegos que, se se guiam pelos da terra, vão parar a um precipício; se se guiam a si, vão parar a uma cova"*.

E o que pensavam os madeirenses do Reino?

Não há muita documentação que traduza o sentimento dos madeirenses em relação ao poder central ou aos seus representantes. Registadas estão as queixas que eram dirigidas ao donatário contra atuações de Zarco que consideravam abusivas e numerosas atitudes de resistência ao poder mais próximo dos representantes do Reino, que se traduziam em desobediência à lei, conflitos com maior ou menor gravidade, tentando criar obstáculos às determinações do poder central.

Os madeirenses, isolados na Ilha, obrigados a domar um relevo agressivo, a enfrentar ribeiras tempestuosas, arquitetando poios e levadas, sobrecarregados com impostos elevados sobre as suas produções ou para pagar guerras que nada lhes diziam, consideravam-se injustiçados, incompreendidos e abandonados pelos representantes do Reino que consideravam altivos, opressores e ignorantes das realidades locais.

Nota Final: Este texto é o exercício de uma ouvinte atenta que procura, com as suas limitações de leiga no assunto, transmitir a sua compreensão da intervenção de Cristina Trindade e da investigação por ela feita.

Adilia Andrade

Mais de nós para os outros – Natal de 2016

SPM solidário com o Patronato de S. Filipe

O Departamento dos Professores Aposentados do SPM, no Natal passado, realizou mais uma iniciativa de solidariedade, desta vez em benefício do Patronato de S. Filipe.

Entre os dia 5 e 16 de dezembro p.p. organizou-se, nas instalações do SPM, uma quermesse com objetos doados pelos sócios: livros, artigos para crianças, bijuteria, peças decorativas, rendas e bordados, licores e compotas, etc.; um serviço de lanches com sandes e bolos confecionados e oferecidos por colegas, encerrando com a Festa de Natal dos Professores Aposentados e o leilão de algumas peças.

A totalidade da verba arrecadada, que ultrapassou as nossas expectativas, foi entregue a 20 de dezembro ao Patronato de S. Filipe como o nosso contributo para as crianças e jovens que ali vivem.

Independentemente do valor monetário conseguido foi realmente importante o "círculo de vontades" que se criou à volta do projeto envolvendo a direção, as funcionárias e os sócios aposentados que confecionando bolos, licores e compotas, doando e comprando artigos, oferecendo trabalho, nalguns casos diário, demonstraram que é possível "dar mais de nós para os outros".

Adília Andrade

O Inglês invasor

Deram-me um fofinho par de chinelos cinzentos às pintas brancas, macios e quentinhos.

No calcanhar esquerdo tem escrito "Dear Weekend". No direito "I love you".

Uma perfeita inutilidade que me fez ver, mais uma vez, o abuso do inglês no nosso quotidiano.

Que as novas tecnologias precisem dele, até entendo. Mas no desporto já embirro com os "trails", os "runnings" ou "divings", e por aí fora.

Admito também que as lojas internacionais mantenham o nome na nossa terra. Mas já fico de cabelos em pé com os nomes "ingleses" de qualquer tasco mal amanhado. Certamente que pediram licença às autoridades. Não lhes caberia defender a nossa língua? Ou também acham que é chique consentir num nome inglês?

Já me vai custando pensar que, daqui para a frente, terei de ler o Diário com o dicionário ao lado…

É bem certo que "burro velho não aprende línguas".

Gosto de falar português. Sou bem parola!

Amélia Carreira

Atividades desenvolvidas no SPM

O Sindicato dos Professores da Madeira orgulha-se de ter uma agenda sindical dinâmica sempre em defesa dos professores e da qualidade de educação e ensino da região. Envolver-se com as causas exige tempo, comprometimento, participação e até deixarmos por vezes de lado os nossos projetos pessoais para colaborar no coletivo.

Mas esta instituição é também cultura, informação e lazer e por isso desenvolve e realiza atividades para os seus associados desde 1992/1993 organizadas e coordenadas pelo departamento dos professores aposentados, no âmbito da orgânica do Sindicato dos Professores da Madeira, permitindo aos seus sócios a prática de atividades tão diversas, como dança, pintura, ginástica, inglês…entre outras. A par destas atividades promove desde há alguns anos atividades de saúde e bem-estar em horário pós laboral para que todos possam ter acesso às mesmas: ioga, pilates, dança para crianças… estando abertas a sócios e a não sócios qualquer uma das valências.

Em relação à nossa agenda cultural, ela orienta-se por projetos constantes, de comemoração para nós obrigatória pela sua importância, mas também por projetos de renovação que imprimem grande dinamismo e participação de todos. Estão já programadas viagens ao Porto Santo (16 a 18 de junho), às Desertas (10 de junho), aos Açores (de 19 a 25 de julho) e novamente ao Porto Santo de 13 a 15 de outubro.

Estes tempos e espaços não deixando de ter um cariz sindical, permitem-nos usufruir também de outros momentos de salutar convívio, partilha e cooperação, valores pelos quais, e também, sempre nos pautamos.

Lucinda Ribeiro

MÁRIO NOGUEIRA

SECRETÁRIO-GERAL DA FENPROF

O RENDER DA (VELHA) GUARDA ESTÁ ATRASADO

Há uma geração de professores que teve importância decisiva na democratização da escola. Jovens em Abril de 1974, eles foram trave mestra de uma escola comprometida com a democracia. Uma escola que, dada a sua matriz, desenvolveu um modelo de gestão que, como nenhum outro, envolveu a comunidade escolar, foi elemento fundamental em estratégias de formação de professores que a tiveram como espaço de aprendizagem, trabalhou currículos de banda muito ampla que formaram a mais qualificada geração de portugueses e fez questão de ser de todos, abrindo-se à diferença e incluindo-a no seu dia a dia.

Aquela geração de professores soube imprimir dinâmica às mudanças positivas e resistir sempre que percebeu o sentido contrário de outras que, por força da sua ação, no essencial, acabaram por sucumbir. Foi uma geração que lutou por um estatuto de carreira que dignificasse a profissão, obtendo-o com persistência e luta, e que foi protagonista de grandes momentos de afirmação da classe docente, como aconteceu em 1989/90, em 2008 ou, mais recentemente, em 2013 e 2016, anos de algumas das maiores lutas desenvolvidas pelos professores portugueses em defesa da sua profissão e da Escola Pública.

Esta geração de professores, que nunca regateou esforço e se envolveu na vida das suas escolas, soube também assumir, com grande responsabilidade, um importante papel social, intervindo nos mais diversos planos, do cultural ao político, continuando a ser dos grupos profissionais mais representados nos órgãos do poder local democrático, mas também em múltiplos movimentos da mais diversa natureza.

Esta geração de professores apresenta hoje um significativo desgaste que resulta, não apenas, do natural envelhecimento imposto pela lei da vida, mas também dos muitos anos de trabalho dedicado em que, não raras vezes, foi vítima de políticas que, por serem inimigas da Escola Pública, degradaram as condições de trabalho dos seus profissionais, nomeadamente ao nível dos horários de trabalho.

Não será, decerto, com este corpo docente envelhecido, desgastado e que já deu, no tempo certo, o melhor de si, que a Escola Pública Portuguesa conseguirá responder satisfatoriamente aos desafios do futuro. Não se podem querer mudanças profundas na Educação sem apostar na mais jovem geração de professores, formada a pensar no futuro, pois muitas dessas mudanças exigem, antes, a indispensável renovação geracional. É escusado definir um novo perfil de aluno à saída da escolaridade obrigatória se não for definido um novo perfil de professor que o acompanhe desde o momento de entrada.

Será justo, e também indispensável, criar condições para que os professores, que garantem há décadas uma Educação de qualidade na Escola Pública Democrática, possam aposentar-se, saindo, com a dignidade que merecem, da profissão a que deram o melhor. Sucessivos governos têm desvalorizado esta questão, por certo, em nome de interesses que não confessam, mas não deveriam os superiores interesses de uma Escola apostada na construção do futuro ser postos em causa por outros que são inconfessáveis.

Não há quem duvide, hoje, que a criação de um regime especial de aposentação para os professores, é merecido, justo e, principalmente, indispensável. Os decisores políticos não ignoram esta verdade, o que poderia dispensar os professores de os recordar. O problema é que, desse reconhecimento, não resulta qualquer medida, o que torna necessário "apertar" esses decisores, e, dada a urgência de soluções para tão grave problema, o "aperto" não pode ser adiado. Sabendo-se que a rua não é palco estranho de ação para a velha guarda de professores, esta, honrando o seu passado de luta, tudo deve fazer para que seja ouvida a sua razão. Esta luta, no entanto, não dispensa os mais jovens, e não apenas por solidariedade, mas porque chegou a sua vez de assumir o protagonismo.